



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO COMUNICADO

EXAMES NACIONAIS DE 2026: SIEE DEFENDE INTERVENÇÃO INSPETIVA GLOBAL

A Direção do Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino (SIEE) tomou conhecimento de que o Conselho Nacional de Educação (CNE) procederá à avaliação do processo de digitalização e classificação dos exames nacionais do ensino secundário de 2026.

O SIEE não questiona as competências próprias do CNE. A questão é outra.

Perante as dificuldades e irregularidades verificadas num processo de dimensão nacional, com intervenção de diversos órgãos e serviços do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, como se justifica que a Inspeção-Geral da Educação e Ciência não seja chamada a proceder a uma análise inspetiva e de auditoria global ao funcionamento de todo o processo?

A Lei Orgânica da IGEC é clara: compete-lhe assegurar a legalidade e a regularidade dos atos praticados pelos órgãos, serviços e organismos da área governativa da Educação, bem como exercer o controlo, a auditoria e a fiscalização do funcionamento do sistema educativo.

Por isso, causa particular perplexidade que a IGEC seja chamada a investigar alegadas irregularidades praticadas por escolas, mas não lhe seja confiado o escrutínio da cadeia global de decisões, procedimentos, responsabilidades e serviços envolvidos.

A função inspetiva não pode e não deve limitar-se à base do sistema.

Defender a intervenção da IGEC não é defender interesses corporativos. É defender um controlo público especializado, independente, objetivo e tecnicamente qualificado.

Os alunos, as famílias, os professores, as escolas e a sociedade têm direito a que sejam escrutinados, com igual exigência, todos os níveis do sistema educativo envolvidos no processo.

A Inspeção da Educação não existe apenas para identificar incumprimentos. Existe também para avaliar, prevenir, recomendar e contribuir para a melhoria do sistema educativo, garantindo legalidade, transparência, justiça e equidade.

O SIEE considera, assim, que a avaliação a realizar pelo CNE não dispensa nem substitui uma intervenção inspetiva sobre o funcionamento global do processo dos exames nacionais de 2026.

Uma Inspeção respeitada é condição de um sistema educativo mais transparente e mais justo.

A Direção do SIEE

15 de agosto de 2026